

Defesa Nacional, a mudança de paradigma

25-Fev-2009

À Mã;rio TomÃ©

A crise global que atinge o planeta â€“ econÃ³mica, financeira, energÃ©tica, alimentar, ambiental, polÃtica e Ã©tica â€“ surge como uma crise sistÃ©mica, mesmo civilizacional. Os poderes mundiais procuram uma saÃda comum que evite o caos repondo as funcionalidades do sistema: para tal os direitos humanos acabaram de ser oficialmente postos de lado pela polÃtica externa de Obama. ContinuarÃ a insensibilidade perante o agravamento das condiÃ¶es de exploraÃ£o e de pobreza e a guerra contra os povos.

Um cÃrculo vicioso donde sÃ se sairÃ pelo dinamismo dos movimentos sociais que tÃm vindo a crescer e a consolidar-se como forÃa de pressÃ£o sobre os governos e organizaÃ¶es internacionais, delineando elementos essenciais de alternativa radical ao sistema. Deles faz parte estruturante a luta em defesa da natureza, dos direitos humanos (onde se inclui o direito Ã Ãgua) e da paz. Para tal Ã necessÃrio denunciar, desacreditar e desmoralizar, a partir de movimentos democrÃticos muito amplos, o carÃcter predador das organizaÃ¶es imperialistas e das alianÃas militares que representam uma ameaÃa permanente Ã paz e seguranÃa dos povos.

Nesta base alargam-se os pressupostos que sustentam a exigÃncia de mudanÃa do paradigma da Defesa Nacional.

As ameaÃas credÃveis que impendem sobre o povo portuguÃs exigem resposta diferente da resposta militar. Mesmo aquela â€“ o terrorismo - que foi o argumento para as razias mortÃferas no AfeganistÃo e no Iraque, com o apoio empenhado de Portugal, ficou demonstrado que Ã incÃlume a tal tipo de intervenÃ¶es que serve, aliÃs, objectivos bem diferentes de controlo de matÃrias primas e da sua distribuiÃ£o.

A Defesa Nacional (militar) consome 1,3% do PIB e 2,8% da despesa da AdministraÃ¶o PÃblica. A justificaÃ¶o para a dimensÃo e caracterÃsticas das nossas FA's no mundo de hoje Ã atribuÃda Ã s exigÃncias no Ãmbito da NATO. Mas a sua alienaÃ£o a esta alianÃa, coloca-as na primeira linha da anulaÃ¶o da capacidade de decisÃo nacional, logo da soberania, que era suposto garantirem. E quando usadas ao serviÃo da NATO servem polÃticas que Ã «violam todas as regras do direito internacional Ã». * Isso avilta as FA's e os seus membros.

Uma Ã«polÃtica facilitadora da articulaÃ¶o dos vÃrios blocos mundiais e alicerÃada num forte consenso internoÃ» (doces palavras recentes roubadas ao ministro LuÃs Amado!) exige a desvinculaÃ¶o de quaisquer alianÃas militares. A mÃxima Ã «se queres a paz prepara a guerraÃ» jÃ a histÃria mostrou ser catastrÃfica. A esquerda tem que buscar Ã«o avesso efectivo da guerraÃ»**

Esse Ã«avesso efectivo da guerraÃ» vamos encontrÃ-lo na mudanÃa de paradigma: o eixo da Defesa Nacional deixar de ser militar para passar a ser civil. A despesa de mais de 2 mil milhÃes de euros, na sua quase totalidade improdutivo e parasitÃria, irÃ passar a promover a criaÃ¶o de fortes dinÃmicas na prÃpria economia, no emprego e no serviÃo pÃblico, particularmente no ordenamento do territÃrio, florestaÃ¶o, urbanizaÃ¶o, transportes, saÃde, ensino, solidariedade social.

Os meios de previsão e de resposta às catástrofes, derrocadas, inundações, acidentes, fogos florestais (as reais ameaças que afligem os cidadãos) são sempre inadequados. As vidas humanas e os bens que se perdem rapidamente são pasto das estatísticas. Há sempre a desculpa que Bush deu para a falta de resposta ao Katrina: «Fomos chamados à humildade pelo poder da mãe natureza», ou do azar, ou do imprevisto. Trata-se, no mundo de hoje, de um falácia criminosa que esconde a inversão de prioridades: o desvio para as despesas militares de meios necessários à segurança dos cidadãos e dos seus bens acima de tudo.

A crise actual, pondo a descoberto a corrupção económica e tornando ainda mais difícil a resposta às necessidades vitais da comunidade, torna pertinentes as propostas que seguem:

1. Portugal deve ganhar o respeito internacional como interface de paz.

2. Assumir que a capacidade da sociedade portuguesa para assegurar espaço de liberdade, democracia e cidadania, de justiça social e serviço público, num quadro de relacionamento solidário e cooperante com todos os povos, é a única garantia de defesa nacional na sua essência

3. Portugal, deve sair da NATO, bater-se pela extinção da NATO e, como membro de pleno direito da União Europeia, deve recusar a constituição de uma força armada europeia e propor o fim das bases militares estrangeiras na Europa, começando pelo fim da cedência da Base das Lajes aos EUA.

4. Em conformidade, a Defesa Nacional terá como eixo prioritário o desenvolvimento das atribuições e capacidades da actual Protecção Civil que poderá designar-se Defesa Civil.

5. Uma futura «Lei de Programa de Defesa Civil» deverá prever a atribuição dos necessários meios humanos, terrestres, aéreos e náuticos adequados às missões da defesa civil, e a criação de carreiras de defesa civil com hierarquia própria e Escola académica e prática - que assegure autonomamente a preparação adequada dos seus comandos, quadros e agentes para as complexas missões que têm de enfrentar.

6. A participação de Portugal em missões de paz e humanitárias será sempre efectuada com base nos meios da Defesa Civil, ou a ela naturalmente associáveis, como PSP e GNR, pois são esses os únicos adequados a tal tipo de missões.

7. Da mesma forma, Portugal não participará em missões ditas de paz que violem a Carta da ONU ou que pressuponham a utilização de força militar a não ser em situações de intervenção pontual para proteger ou evacuar cidadãos portugueses em situações de risco.

À

As FA's portuguesas devem ser reestruturadas, redimensionadas e reequipadas de acordo com estes pressupostos gerais por forma a - a) assegurarem aos seus membros as condições de dignidade cívica e militar no respeito pelos direitos adquiridos, nomeadamente com o 25 de Abril, e tendo em conta a especificidade da sua condição, garantindo as capacidades de intervenção cidadã, de associação e expressão, inalienáveis num Estado de Direito Democrático; b) responderem adequadamente e com eficácia às missões que lhes sejam cometidas no novo quadro de prioridades definido.

* Major General Raul Cunha, DN/NS, 21 Fev 09

** José Manuel Pureza, Debates2, VI Convenção do BE, Fev 09

Mário Tomé, coronel